

PECLD: análise do seu impacto no resultado das instituições financeiras do Brasil

*Renan Santos Azambuja
Cristiane Mallmann Huppel
Rafael Martins Noriller
Thiago Bruno de Jesus Silva*

Resumo

Este trabalho tem como finalidade estudar a constituição da Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) que é concebida a fim de mensurar a probabilidade do não recebimento de contas a receber e que é inerente ao ramo de atividade das Instituições Financeiras (IFs), uma vez que a mensuração desta é obrigatória no momento da contratação e condução de uma operação de crédito. A Resolução Bacen n.2.862 de 1999 estabelece que o volume de PECLD seja definido de acordo com o risco associado à operação, podendo este ser agravado caso ocorra inadimplência e atraso da operação. O Referencial Teórico discorreu sobre risco de crédito, estrutura do sistema financeiro nacional, instrumentos de análise contábil e estatística, que serviram como subsídio para análise do problema de pesquisa que questiona: “fatores macroeconômicos como a inflação, a taxa de mortalidade das empresas e a taxa de desemprego explicam as variações da PECLD no lucro das IFs do Brasil no período de 2010 a 2016?”. A análise da influência dos fatores macroeconômicos na PECLD foi prejudicada uma vez que os métodos e a amostra utilizados não proporcionaram respostas estatisticamente válidas e significantes. Porém, verificou-se que a variação percentual da receita está fortemente relacionada com a variação percentual da PECLD e que a variação percentual da Carteira de Crédito não possui relação significativa com as variações da PECLD.

Palavras-chave: PECLD, Risco de Crédito, Sistema Financeiro Nacional.

Área Temática: I - Contabilidade Financeira.

1 INTRODUÇÃO

As Instituições Financeiras (IFs) desempenham papel primordial no mercado, tendo como principal objetivo realizar a intermediação no sistema financeiro, que transfere recursos dos agentes superavitários para os agentes deficitários, dispostos a pagar determinada taxa de juros obtendo assim, por meio da intermediação o *spread* bancário (ARONOVICH, 1994; MOREIRA, 2006).

Goulart (2003) afirma que as IFs estão expostas à vários riscos como: de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e imagem. Estes riscos podem gerar para as instituições perdas financeiras, instabilidade patrimonial e até mesmo levá-las a falência. Toda operação de crédito possui determinado risco que necessita ser mensurado e quantificado. Este risco determina o valor da constituição das Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), exigibilidade legal que prevê que se reserve determinado valor em uma operação de crédito, capaz de evidenciar a probabilidade do não recebimento desses direitos e que seja suficientemente necessária para cobrir perdas desses valores (GOULART, 2003; NIYAMA, 2010).

De acordo com Silveira (2010), a PECLD pode ser entendida como a possibilidade de perda em uma carteira de crédito, ou seja, é a chance de um tomador de crédito não honrar seus compromissos financeiros junto à IFs nos prazos acordados. O Banco Central do Brasil (BACEN) publicou em 1999, a Resolução N°2682 que dispõe sobre regras para a constituição da PECLD e que apresentam critérios para a classificação do nível de risco das operações de crédito nas IFs.

Esses níveis de risco são estabelecidos no momento da concessão do crédito e podem ser agravados (maior volume de provisionamento) quando o pagamento não é efetuado na data prevista. Sendo que o volume a ser provisionado é diretamente proporcional aos dias em atraso de uma operação (BACEN, 1999).

Conforme Brito *et al* (2009), a inadimplência tem se tornado um grande desafio a ser vencido pelo mercado. O risco de crédito, pode ser entendido como a probabilidade de não receber os recursos esperados na data pré-determinada em uma negociação.

Sendo assim, nota-se a importância de análises capazes de demonstrar a parcela do lucro das IFs que é perdida devido a estes provisionamentos. Se faz necessário então, mensurar e relacionar quanto a PECLD tem reduzido o Resultado Contábil das IFs. De acordo com Silva (2017), esta provisão está relacionada à alguns índices macroeconômicos como PIB, inflação e taxa de desemprego.

Destaca-se ainda, a relevância da contabilidade para as IFs, pois as informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras, que serão disponibilizadas para os mais diversos usuários, irão apresentar a qualidade da carteira de crédito da instituição, podendo agregar valor à imagem e atrair maior número de investidores. (BRITO *et al*, 2009).

Nesse sentido, esse trabalho aplica-se em responder o seguinte questionamento: **fatores macroeconômicos como a inflação, a taxa de mortalidade das empresas e a taxa de desemprego explicam as variações da PECLD no lucro das IFs do Brasil no período de 2010 a 2016?**

Quanto aos objetivos em uma pesquisa, é fundamental estabelecer-los para o desenvolvimento, operacionalização e esclarecimento a respeito dos resultados esperados. Os objetivos específicos apresentam passos a serem efetuados para obter respostas do problema de pesquisa (GIL, 2010; PRODANOV e FREITAS, 2013). Nesta perspectiva, o objetivo geral deste estudo é o de identificar as alterações provocadas pela

PECLD no lucro das IFs do Brasil no período de 2010 a 2016 e verificar se fatores macroeconômicos como a inflação, a taxa de mortalidade das empresas e a taxa de desemprego explicam o ocorrido.

Quanto a operacionalização do estudo, compreende os seguintes passos: descrever aspectos da estrutura do SFN, da Contabilidade nas IFs do Brasil e PECLD; comparar as despesas com PECLD nas maiores IFs do Brasil no período de 2010 a 2016; relacionar o aumento na inadimplência com a redução dos lucros nas IFs através da correlação e análise das demonstrações contábeis; investigar a relação entre os fatores macroeconômicos: Taxa de Desemprego, Inflação e Taxa de Mortalidade de Empresas, e as variações da PECLD.

Estudos similares ao proposto justificam esta pesquisa. Primeiramente, Niyama (2010), afirma que em qualquer instituição, a mensuração da possibilidade de uma perda em uma operação de crédito precisa ser mensurada, constituindo assim a PECLD, a qual apresenta especificidades para as IFs. Logo, nota-se que é de fundamental importância a gestão e análise dessas informações contábeis para subsídio à tomada de decisões dos diversos tipos de usuários da contabilidade (MARION, 2009).

Para Silva (2017, p. 22-23) é necessário avaliar como “fatores econômicos do país, em especial a manutenção da taxa Selic Meta, impactam no risco de crédito das instituições financeiras que atuam no Brasil”. Sendo objetivo de sua pesquisa, “demonstrar a relação entre fatores macroeconômicos do país [...] com a evolução da PECLD nas IFs, e os impactos no risco de crédito”. Segundo Nez *et al* (2017) “há evidências da prática da gestão de gerenciamento de resultados a partir da utilização da PECLD”.

Goulart (2003, p.12) afirma que ‘alguns organismos internacionais têm destacado a importância de que as IFs aprimorem a divulgação de informações qualitativas e quantitativas relacionadas aos riscos inerentes às atividades bancárias. Martins (2007, p.14) procura “avaliar a eficácia dos indicadores econômicos e financeiros adaptados à análise de balanços de IFs do SFN sob inflação e verificar o tratamento que lhes pode ser dado para obtenção de interpretações mais eficientes”.

Portanto, a mensuração da PECLD e seus principais propulsores possibilita aos diversos usuários da contabilidade das IFs, a evidenciação do risco e da qualidade de uma carteira de crédito. Sendo assim, nota-se a relevância de que as análises financeiras apresentem informações relevantes e coerentes, a fim de que seja possível compreender e analisar o quanto fatores macroeconômicos influenciam nos riscos em uma carteira de crédito e o quanto as variações destes riscos podem reduzir os lucros das IFs.

2. REVISÃO TEÓRICA

A revisão de literatura destina-se a “contextualizar teoricamente o problema e apresentar o estágio atual de conhecimento acerca da questão” e que “isto implica o esclarecimento dos pressupostos teóricos que dão fundamentação a pesquisa” (GIL, 2010, p. 171). O presente estudo revisa teoricamente aspectos da contabilidade nas instituições financeiras, da composição do Sistema Financeiro Nacional e do risco do crédito e composição da Perda Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa.

2.1 Contabilidade nas Instituições Financeiras

Martins (2007), afirma que as normas gerais de contabilidade aplicada as Instituições Financeiras (IFs) são normatizadas pela Lei 6.404/74, podendo o Bacen implantar normas específicas, em conformidade com orientações do Conselho Monetário

Nacional. O Bacen apresenta as normas específicas através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), eu possui em seus objetivos estabelecer um plano de contas a ser seguido pelas instituições financeiras atuantes no Brasil, a fim de proporcionar padronização da contabilidade, plano de contas, regras, critérios e metodologias pelas quais devem ser registrados os atos e fatos contábeis. Também orienta a maneira pela qual devem ser elaborados os relatórios financeiros, para que as demonstrações contábeis das instituições à representem com fidedignidade e clareza (Circ. BACEN de 1.273/87).

As IFs devem seguir o plano de contas dispostos pelo COSIF (Circ. 1273 de 1987), sendo que a classificação das contas deve ser realizada em ordem decrescente de liquidez. De acordo com o COSIF as demonstrações contábeis possuem o pressuposto básico de disponibilizar aos usuários um elenco de informações, que obedecendo as normas da contabilidade, proporcionem harmonia e uniformidade na obtenção e divulgação das informações econômico-financeiras tempestivas.

A intermediação financeira entre os usuários é o principal objetivo, sendo que parcela significativa dos seus resultados advém das operações de crédito. De acordo com o COSIF, as operações de crédito são divididas em: empréstimos (operações sem destinação específica ou vínculo de comprovação de aplicação dos recursos); financiamentos (operações que possuem destinação específica e exige comprovação da aplicação dos recursos em determinado fim); e, desconto de títulos.

Nyama (2010), afirma que as operações de crédito, são na maioria das vezes, as principais fontes de receita para as IFs. As contas movimentadas na liberação e liquidação dos empréstimos movimentam o patrimônio, que diz respeito ao direito de receber e disponibilidade do recurso para o tomador do empréstimo, havendo um movimento ao contrário na hora da liquidação. No que diz respeito ao resultado, tem-se a apropriação dos encargos, o que, não necessariamente movimenta o caixa, porém, gera um aumento do PL pela apropriação da receita.

2.2 Estrutura e composição do Sistema Financeiro Nacional

Moreira (2006) afirma que sem um sistema financeiro bem estruturado, não é possível o desenvolvimento de um país. As instituições financeiras são responsáveis pela intermediação financeira e transferência de recursos entre aqueles que necessitam de recursos (agentes deficitários) e aqueles que poupam (agentes superavitários). Os recursos obtidos à uma taxa de captação e emprestados à uma taxa de aplicação, obtendo pela diferença entre essas taxas, um ganho denominado *spread* bancário.

O SFN divide-se em subsistema normativo, composto por órgãos normativos e supervisores tais como: Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e também pelos agentes operadores, tais como: Instituições Financeiras, Bancos Comerciais, Bancos de Investimento, Sociedades Seguradoras.

Conforme dispõe o Art. 3º a Lei 4.595/64 são atribuições e objetivos da política do Conselho Monetário Nacional ajustar o valor interno e externo da moeda, propiciar que as IFs se aperfeiçoem a fim de possibilitar maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos, coordenar as políticas monetária, creditícia entre outras. Além de exercer o controle do crédito sob todas as suas formas e exercer a fiscalização da IFs. Martins (2007) afirma que as IFs têm o papel de canalizar as poupanças dos indivíduos para empréstimos ou investimentos.

Instituição Financeiras Bancárias Monetárias, são caracterizadas por aceitar

depósito à vista e, conseqüentemente, multiplicarem a moeda. Seus segmentos são identificados como: Bancos Comerciais, Cooperativas de Crédito, Bancos Cooperativos e Bancos Múltiplos Comerciais. As demais Instituições Financeiras Não Bancárias ou Não Monetárias, são instituições que captam seus recursos através de depósitos à prazo e são nominadas como: Bancos de Investimento; Bancos de Desenvolvimento Estadual, Sociedades de Arrendamento Mercantil, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e Sociedade de Crédito Imobiliário (MOREIRA, 2007).

Portanto, é possível identificar as diferenças e semelhanças entre as IFs bancárias e não bancárias e entende-se a relevância do SFN e o papel primordial de uma IF em uma sociedade. Sendo então as IFs primordiais agentes de intermediação financeira na economia do país.

2.2 Risco de Crédito

Risco pode ser caracterizado pela probabilidade de que ocorram eventos diferentes dos esperados, sendo este diretamente proporcional a probabilidade de retorno, ou seja, para obtenção de retornos maiores espera-se que a exposição aos riscos também seja maior (GOULART, 2003). Conforme Neto *et al* (2009) o risco de crédito está relacionado a probabilidade de que um tomador de crédito não seja capaz de honrar seus compromissos na data e nas condições previamente acordadas com o credor.

O risco de crédito pode ser entendido como a chance de inadimplência em qualquer instrumento financeiro, podendo ocorrer em razão falta de capacidade de pagamento ou do desejo de não realizá-lo (MOREIRA, 2006). As análises de crédito baseadas em critérios julgamentais tem perdido espaço nas IFs nos últimos tempos, abrindo espaço para que as tomadas de decisões sejam efetuadas com base em critérios mais eficazes para que a exposição ao risco ocorra de forma mais segura (NETO *et al*, 2009).

Moreira (2006) apresenta que algumas características que precisam ser avaliadas para orientar a instituição financeira no momento da concessão de crédito, a fim de que as operações sejam efetuadas com qualidade são conhecidos como os "Cs" do crédito, conforme descrito no Quadro 1:

Quadro 1 - Os 'Cs' do Crédito

| Cs | DEFINIÇÃO |
|------------|---|
| Caráter | Busca identificar a intenção do devedor realizar o pagamento |
| Condições | Está relacionado aos fatores externos que podem inviabilizar o pagamento |
| Capacidade | Demonstra se o devedor é capaz de gerar a renda necessária para honrar seus compromissos |
| Capital | Recursos (bens e patrimônio) de posse do devedor |
| Colateral | Está relacionado as garantias que o devedor apresenta para viabilizar negociação pretendida |

Fonte: Adaptado de Moreira (2006).

No segmento bancário as operações de crédito são a fonte principal das receitas, sendo o risco de crédito estritamente relevante, logo é necessário mensurá-lo da melhor forma possível (FERNANDES *et al*, 2008).

2.3 Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A PECLD, é constituída tendo em vista a mensuração da probabilidade do não recebimento de contas a receber. Nos Bancos, a PECLD é inerente as operações de crédito (NUNES, 2016). De acordo com Silveira (2010), a PECLD pode ser entendida como a

possibilidade de perda em uma carteira de crédito. Em outras palavras, é a chance de um tomador de crédito não honrar seus compromissos financeiros junto à instituição financeira nos prazos acordados. Logo, infere-se que ela é uma forma de mensurar o risco de crédito em uma carteira.

Fernandes *et al* (2008) escreve que após o Plano Real de 1994, o SFN foi atingido por muitas mudanças. Variações na taxa de juros e redução das receitas inflacionárias elevaram o risco de falência à várias instituições financeiras. A Resolução n. 2.862 de 1999 foi criada neste contexto, a fim de aperfeiçoar a quantificação do risco de crédito e o provisionamento para os créditos de liquidação duvidosa. A PECLD é identificada como uma conta redutora do ativo, reduzindo os valores estimados a serem recebidos nas operações de crédito das IFs.

A resolução BACEN 2.862 de 1999, determinou que as operações de crédito sejam divididas em 9 níveis de risco, os quais são estabelecidos com base nas características da operação de crédito, podendo haver agravamento caso ocorra inadimplência e atraso. A Tabela 1 apresenta o percentual desse provisionamento:

Tabela 1 - Percentual de Provisionamento em função do nível de risco e dias em atraso

| Nível de Risco | Dias em Atraso | PCLD |
|----------------|----------------------|---------|
| AA | - | 0,00% |
| A | - | 0,50% |
| B | Entre 15 e 30 dias | 1,00% |
| C | Entre 31 e 60 dias | 3,00% |
| D | Entre 61 e 90 dias | 10,00% |
| E | Entre 91 e 120 dias | 30,00% |
| F | Entre 121 e 150 dias | 50,00% |
| G | Entre 151 e 180 dias | 70,00% |
| H | Superior a 180 dias | 100,00% |

Fonte: Resolução BACEN Nº 2.682 de 1999. Adaptado pelo autor.

O Art 2º da Resolução BACEN Nº2.682 aponta que é de responsabilidade da instituição financeira realizar a classificação do risco de uma operação, analisando aspectos quanto ao devedor e em relação à operação. Estes critérios necessitam ser fidedignos, consistentes e verificáveis. Portanto, nota-se a relevância da PECLD e de sua correta mensuração para a análise de uma carteira de crédito, pois ela denotará a possibilidade do não recebimento e, conseqüentemente a não realização de uma receita e a contabilização de uma despesa, fatos estes que acarretam na redução do lucro da Instituição. As análises destes valores são capazes de orientar decisões de acionistas e outros *stakeholders* (NIYAMA, 2001; GOULART, 2003; MOREIRA, 2006).

3 METODOLOGIA

Para Raupp e Beuren (2010, p.77) “o delineamento da pesquisa implica a escolha de um plano para conduzir a investigação”. A tipologia da pesquisa quanto aos objetivos é classificada como descritiva e caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica/documental, tendo em vista que é realizada com base em materiais já publicados e utiliza fonte de dados disponíveis em meio eletrônico com acesso irrestrito.

A abordagem do problema pode ser basicamente classificada de duas formas, sendo elas: qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa tem finalidade de analisar aspectos mais profundos em relação ao problema estudo, está relacionado em entender aspectos que não seriam passíveis de compreensão em uma pesquisa quantitativa. A pesquisa quantitativa é caracterizada pela utilização de ferramentas estatísticas que

pressupõe sua aplicação em dados e informações coletadas (RAUPP e BEUREN, 2010; GIL, 2010). Este trabalho caracteriza-se em uma pesquisa quantitativa, uma vez que coletará dados das demonstrações contábeis das IFs do Brasil e aplica instrumentos de análise a fim de obter respostas aos questionamentos da pesquisa.

3.1 Objeto de Estudo

Foram selecionados bancos com as seguintes características: atuam no Brasil; possuem ações negociadas na BM&FBOVESPA; possuem algum nível de Governança Corporativa; e, estão listados no relatório “50 maiores bancos” disponibilizado pelo BACEN. Totalizaram dez bancos, os quais seus demonstrativos contábeis trimestrais, do período de 2011 a 2016, fizeram parte na análise, a fim de identificar o impacto da PCLD no Lucro destas instituições. O Quadro 2 apresenta relação dos bancos selecionados e seus respectivos níveis de governança:

Quadro 2 – Bancos selecionados para análise.

| NÍVEL DE GOVERNANÇA | | |
|----------------------|--|---|
| Novo Mercado | Nível 2 | Nível 1 |
| Banco do Brasil S.A. | Banco ABC Brasil S.A. Banco Indusval S.A. Banco Pine | Banrisul Banco Pan S.A. Itau Unibanco Holding S.A. Itausa Investimentos Itau S.A. Parana Banco S.A. |

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a BM&FBovespa, as empresas listadas na bolsa podem ser divididas por setor de atuação e segmento. Os bancos fazem parte do setor financeiro, subsetor intermediários financeiros. Totalizando o número de 25 bancos listados, dos quais apenas um está classificado como novo mercado (NM), três como Nível 2 de Governança Corporativa e seis como Nível 1 de Governança Corporativa.

Lançado no ano 2000, o NM pressupõe um alto padrão de governança corporativa, caracterizando-se por ser um referencial de transparência e governança. É uma seção destinada à negociação de ações de empresas que adotam práticas de governança corporativa adicionais as que são exigidas pela lei.

O Nível 2 de governança corporativa é semelhante ao NM, porém possui algumas exceções, como exemplo manter ações preferenciais. No Nível 1 de governança corporativa estão empresas que adotam práticas que favorecem a transparência e o acesso a informações pelos investidores

3.2 Análise de Dados

Foram coletados dados das demonstrações financeiras disponibilizadas pela CVM em endereço eletrônico. Também, dados relativos a inflação e suas respectivas variações, taxa de mortalidade das empresas e taxa de desemprego correspondentes ao primeiro trimestre de 2011 ao último trimestre de 2016, disponíveis em base de dados do Instituto de Economia Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS). Os dados coletados foram analisados trimestralmente, a fim de obter informações que demonstrem a correlação entre essas variáveis.

As técnicas de análises utilizadas nos dados das demonstrações contábeis,

partiram da: análise vertical e horizontal, índices de liquidez, capital, rentabilidade e risco, e também correlacionar as variações da PECLD às variações do Lucro e do índice de inadimplência da carteira de crédito total, tanto de pessoas físicas e jurídicas, e à taxa de mortalidade das empresas. Os dados apresentados nas demonstrações contábeis foram atualizados e corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplos (IPCA), divulgado pelo IBGE.

De acordo com GUJARATI (2011) a análise econométrica pode ser identificada de forma literal como “medição econômica”, mas que possui significado muito mais amplo, podendo ser entendida como a análise quantitativa de dados econômicos a fim de subsidiar e responder hipóteses. Neste trabalho, foram formuladas as hipóteses que subsidiariam a análise da relação da PECLD com outras variáveis, sendo elas:

H1: Existe relação significativa entre as variações percentuais dos fatores macroeconômicos e a variação percentual da PECLD?

H2: Existe relação significativa entre a variação percentual do lucro e a variação percentual da PECLD?

H3: Existe relação significativa entre a variação percentual da Receita e a variação percentual da PECLD?

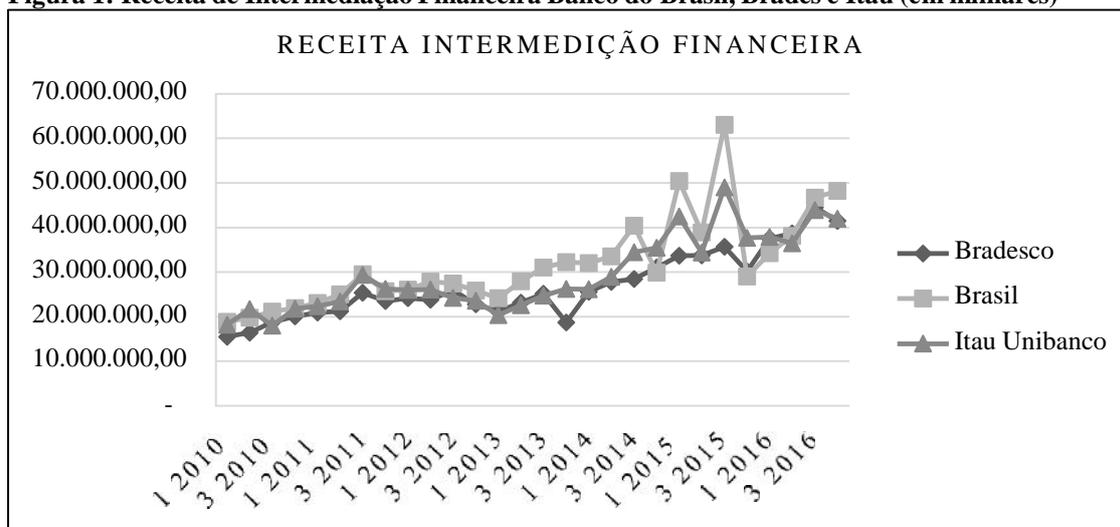
H4: Existe relação significativa entre a variação percentual da Carteira de Crédito e a variação percentual da PECLD?

A análise dos dados se deu sob três perspectivas, análise contábil/financeira: cujo enfoque estava em comparar os dados coletados, verificando variações na PECLD e em outras variáveis; estatística descritiva: a qual proporcionou a principalmente a identificação das medidas de tendência central e a análise econométrica: que fundamentou-se em investigar as hipóteses descritas anteriormente, por meio da regressão com dados em painel, que utilizou os modelos de *pooled*, efeito fixo e efeito aleatório.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 1 mostra a variação na Receita de Intermediação Financeira do Banco do Brasil, Banco Bradesco e Banco Itaú, que juntos correspondem à cerca de 95% da receita das IFs objeto desta análise:

Figura 1: Receita de Intermediação Financeira Banco do Brasil, Brades e Itaú (em milhares)

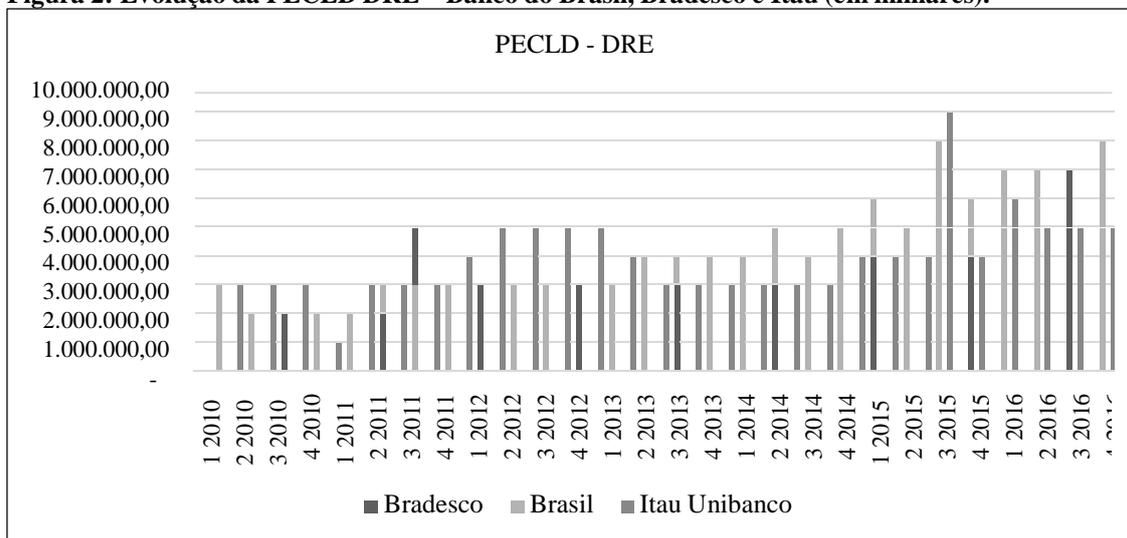


Fonte: Dados da Pesquisa.

No período analisado observa-se que os lucros dos bancos apresentaram

crescimento constante, com um pico de crescimento em 2015. Igualmente, pode-se observar na Figura 2, que apresenta a Variação da PECLD apresentada na DRE destas instituições:

Figura 2: Evolução da PECLD DRE – Banco do Brasil, Bradesco e Itaú (em milhares).

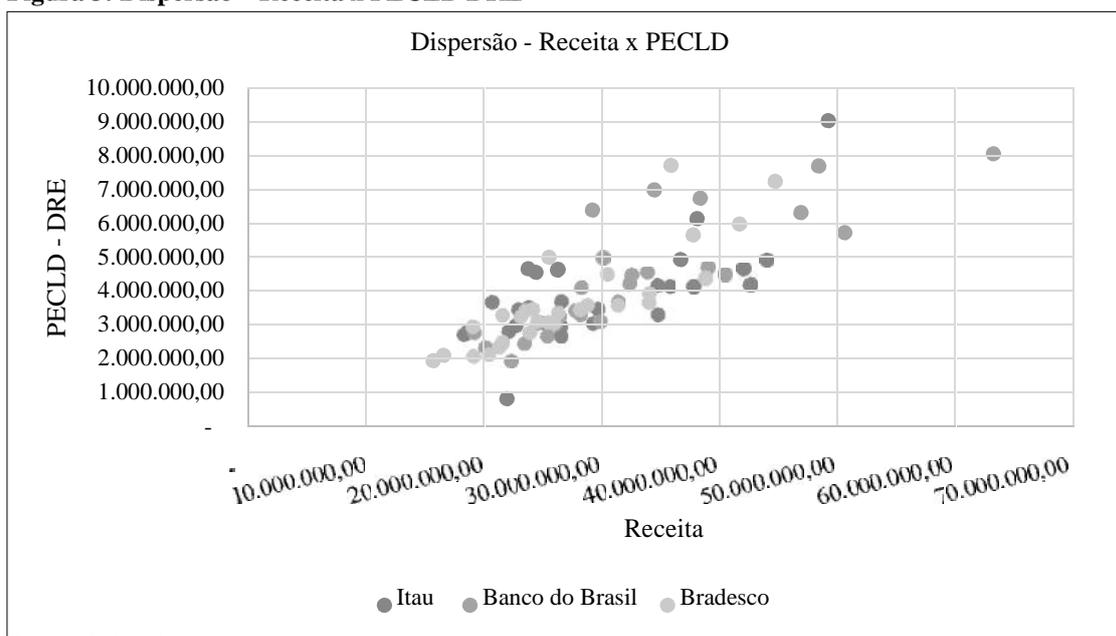


Fonte: dados da pesquisa.

Assim como as receitas, observa-se que a PECLD apresentada na DRE apresentou um pequeno crescimento no período estudado e que apresentou um pico de crescimento no terceiro trimestre de 2015.

A seguir, é apresentada a dispersão, onde é possível comparar e visualizar a existência de correlação entre os valores das Receitas de Intermediação Financeira e os valores atribuídos para a PECLD nos Demonstrativos de Resultado das respectiva IFs na forma que segue:

Figura 3: Dispersão – Receita x PECLD DRE



Fonte: dados da pesquisa.

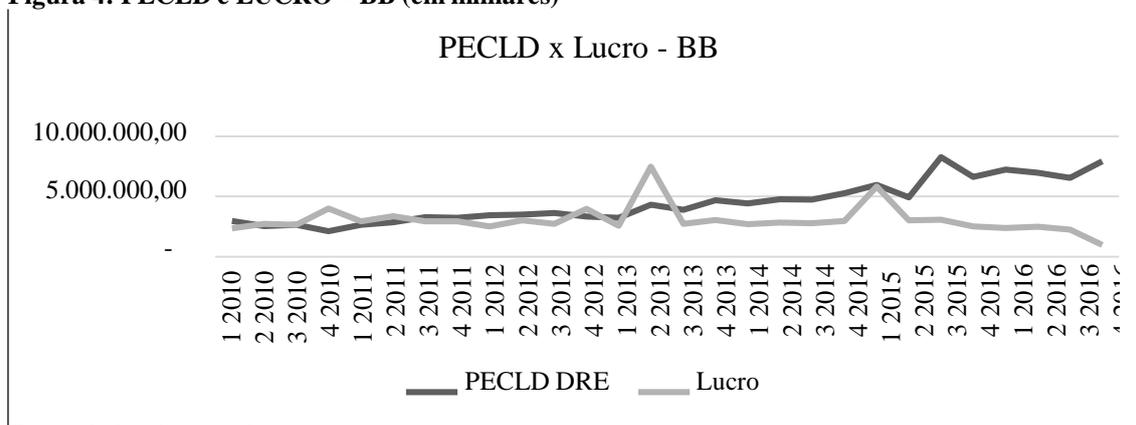
VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF
05/11 a 09/11/2018

Profissional 4.0: perspectivas para formação e atuação dos profissionais de contabilidade e finanças na Economia 4.0.

Na Figura 3, nos eixos horizontais são apresentados os valores da PECLD dispostos na DRE, enquanto que nos eixos verticais estão apresentados os valores da Receita de Intermediação Financeira. O gráfico apresenta o cenário analisado no Itaú, Banco do Brasil e Bradesco, onde nota-se que os valores assumidos para a PECLD DRE e para as Receitas aparentam ser diretamente proporcionais, ou seja, existe correlação positiva entre essas duas variáveis.

Em seguida, buscou-se verificar a relação entre o LL e a PECLD na DRE, porém está análise ficou comprometida estatisticamente, não podendo analisar de maneira a obter resultados significativos, tendo em vista que o Lucro Líquido é obtido após a dedução da PECLD na DRE, logo uma variável está interferindo na outra. Sendo assim foram identificadas em algumas situações específicas que induzem a suposição de que a PECLD é de certa forma, inversamente proporcional ao Lucro Líquido, conforme disposto na Figura 4:

Figura 4: PECLD e LUCRO – BB (em milhares)



Fonte: dados da pesquisa.

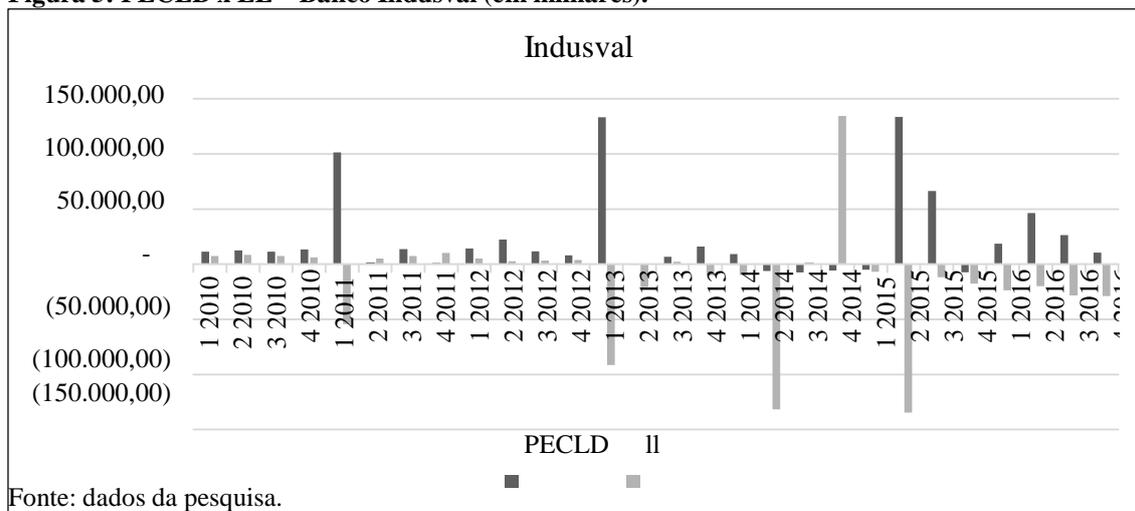
Estão apresentadas as variáveis: PECLD DRE e LL, disponibilizadas nas Demonstrações Financeiras do Banco do Brasil no período estudado, nota-se que no último trimestre de 2015 e no ano de 2016 quando o volume de PECLD aumentou significativamente o oposto ocorreu com o Lucro Líquido da Instituição.

A seguir, na Figura 5 são apresentadas as variações da PECLD DRE e do LL no Banco Indusval durante o período analisado:

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF
05/11 a 09/11/2018

Profissional 4.0: perspectivas para formação e atuação dos profissionais de contabilidade e finanças na Economia 4.0.

Figura 5: PECLD x LL – Banco Indusval (em milhares).



Neste caso, é ainda mais significativa a oposição entre as duas variáveis, especificamente nos seguintes trimestres: 1/2011, 1/2013 e 2/2015, nos quais é possível notar que houve uma grande elevação no volume da PECLD de tal forma que o Banco apresentou prejuízos em sua Demonstração de Resultados. O que aparenta representar que esses prejuízos estão relacionados com a inadimplência em operações de crédito que resultaram em um maior fluxo de despesa de PECLD, conseqüentemente reduzindo o resultado nos períodos destacados.

Percebe-se neste caso que em momentos específicos, onde houve elevação significativa da PECLD também ocorreu redução significativa do lucro, sendo possível notar esse fato no primeiro trimestre de 2011, primeiro trimestre de 2013, segundo trimestre de 2014 e segundo trimestre de 2015. O que poderia representar uma relação entre a elevação da inadimplência e conseqüente maior PECLD com a redução do lucro.

4.2 Estatística Descritiva

Na coleta de dados foram selecionados inicialmente para analisar a influência da PECLD nos lucros das IFs foram utilizadas as seguintes variáveis:

Quadro 3: Variáveis analisadas

| Variável | Definição |
|---------------|--|
| VAR_RECEITA | Representa a variação percentual dos valores apresentados para a Receita |
| VAR_PECLD_DRE | Representa as variações percentuais da PECLD na DRE |
| VAR_PECLD_BP | Representa as variações percentuais da PECLD no Balanço Patrimonial. |
| RECEITA | Valor nominal da Receita |
| CAR_CRÉDITO | Representa os valores da Carteira de Crédito Total das IFs |
| PECLD_DRE | Valor da PECLD na DRE |

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta as medidas descritivas do conjunto de dados analisados, que resultaram nas seguintes informações:

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF
05/11 a 09/11/2018

Profissional 4.0: perspectivas para formação e atuação dos profissionais de contabilidade e finanças na Economia 4.0.

Tabela 2: Estatística Descritiva (milhares de reais)

| Variáveis | Observações | Média | Mediana | Máximo | Mínimo | Desvio Padrão |
|---------------|-------------|-----------|----------|----------|------------|---------------|
| VARRECEITA | 235 | 234568,3 | 14791 | 24114179 | -34003110 | 3787126 |
| VARPECLD_DRE | 235 | -21487,36 | 1420000 | 3347147 | -4878304 | 584730,1 |
| VAR_PCLD-CRED | 235 | 2749531 | 249140 | 1,66e+08 | --1,96e+08 | 20416552 |
| PECLD-DRE | 235 | 1385643 | 166195 | 8276905 | -45211 | 2017626 |
| CAR_CRÉDITO | 235 | 1,31e+08 | 12806485 | 7,94e+08 | 869083 | 1,93e+08 |
| RECEITA | 235 | 10026181 | 1165414 | 63009045 | -330226 | 14347088 |

Fonte: dados da pesquisa.

Após as observações infere-se que os dados analisados possuem um alto coeficiente de variação (média dividida pelo desvio padrão) representando alta dispersão para os dados estudados. O menor valor da PECLD apresentado foi obtido no Banco PINE no quarto trimestre de 2016, no qual houve uma reversão da despesa correspondente ao valor de R\$45.211.000,00. Enquanto que o maior fluxo de PECLD foi observado no Banco Itaú no terceiro trimestre de 2016, correspondente ao valor de 9 bilhões.

4.3 Análise Econométrica

Para realização do teste de multicolinearidade foi adotado o VIF e ficou constatado um valor menor do que 5 para variáveis independentes da pesquisa. Por sua vez, para efeito de normalidade utilizou-se a Teoria do Limite Central, i.e., presume-se distribuição normal em amostras maiores que 100 observações (e.g. GUJARATI; PORTER, 2011) diante de indícios de que os resíduos não seguem uma distribuição normal por meio do Jarque-Bera test. Ademais, foram atendidos os pressupostos de ausência de autocorrelação dos resíduos e de homocedasticidade, respectivamente, pelos testes de Durbin-Watson e correção de White.

Por fim, foram realizados os testes de Chow e de Hausman para detectar o melhor ajustamento do modelo não comprometendo inferências. A partir dos testes descritos anteriormente, o melhor ajustamento Random Effects – Cross Section.

Tabela 3: Análise da regressão (Painel Contemporâneo)

| Variáveis | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 |
|-------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Pooled | Efeito Fixo | Efeito Aleatório |
| | % P E C LD | % P E C LD | % P E C LD |
| | Coefficiente | Coefficiente | Coefficiente |
| | (p-value) | (p-value) | (p-value) |
| INTERCEPTO | -36002 (0,2806) | -31575 (0,3309) | -37560 (0,3716) |
| %CART | -0,0015 (0,3478) | -0,0023 (0,1807) | -0,0015 (0,3675) |
| %RECEITA | 0,0804 (0,0000) | 0,0697 (0,0000) | 0,0802 (0,0000) |
| R ² | 0,2589 | 0,3779 | 0,2617 |
| R ² ajustado | 0,02525 | 0,2934 | 0,2555 |
| F | 40,5330 | 4,4701 | 41,12 |
| (sig) | 0,000000 | 0,000000 | 0,000000 |

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 3, são apresentadas as variáveis analisadas no estudo, sendo a variável fixa a Variação percentual da PECLD que foi relacionada com a Variação Percentual da Carteira de Crédito e a Variação Percentual da Receita. Análise foi realizada com a utilização de três modelos, sendo eles: *pooled*, efeito fixo e efeito aleatório.

Nota-se que a variação percentual da Receita explica a variação percentual PECLD sendo positivamente relacionada e significativa a 1%. Enquanto que a variação percentual da PECLD não pôde ser explicada pela variação percentual da carteira de crédito, pois não apresentou relação significativa a 10%.

Silva (2016) constatou que a relação entre o saldo de PECLD em uma Carteira de Crédito com o retorno sobre o Patrimônio Líquido possuem relação e influência. Semelhantemente, neste trabalho, nota-se que em casos pontuais (IFs com carteira de crédito menos expressiva), quando ocorre maior volume de PECLD na DRE, conseqüentemente há redução no valor do lucro.

A relação significativa a 1% entre a receita e a PECLD corrobora o verificado por Macedo e Kelly (2016) que identificaram a relação positiva entre os Resultados Antes da PECLD e do IR com as variações da PECLD. Sabe-se que os resultados estão positivamente relacionados com a receita. Tal fato pode justificado pela obrigatoriedade da Resolução BACEN 2.682/99 que define que no momento da contratação de uma operação de crédito haja um movimento de despesa de PECLD conforme o risco estabelecido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs-se inicialmente a calcular as alterações provocadas pela PECLD no lucro das IFs do Brasil e verificar se fatores macroeconômicos explicam o ocorrido. Porém, a análise da influência dos fatores macroeconômicos na PECLD e no lucro das IFs foi prejudicado uma vez que as variáveis macroeconômicas são iguais para todas as IFs e tal fato impossibilita a obtenção de resultados estatísticos confiáveis.

Semelhantemente, o estudo da relação entre a PECLD e o LL das IFs foi prejudicado, tendo em vista que o LL é obtido na DRE após a dedução da PECLD, ou seja, as alterações da PECLD refletiriam nos valores apresentados no LL, logo não são variáveis independentes, inviabilizado a realização de uma análise estatística relevante e confiável.

O levantamento do referencial teórico possibilitou a verificação normativa para a mensuração da PECLD determinada pelo Bacen. E verificar que o tema em questão é relevante para o cenário atual da economia e que seu estudo pode agregar informações que subsidiem a tomada de decisão e a mensuração da qualidade da carteira de crédito de uma IF.

Após o desenvolvimento da pesquisa, foi possível concluir que as variações percentuais da PECLD apresentadas nos Demonstrativos de Resultado são positivamente relacionadas com a Receita. Tal fato justifica-se, pois, conforme a Resolução Bacen 2.682/99, no momento da liberação/contratação de uma operação de crédito é definido o risco para operação, e de acordo com esse risco é gerado um fluxo de despesa de PECLD.

Verificou-se também que as variações percentuais da PECLD não possuem relação significativa com o volume da carteira de crédito da IF, ou seja, os volumes destinados para as perdas com os créditos de liquidação duvidosa não estão relacionados com o volume de crédito emprestado. O que pode ser justificado uma vez que as operações de crédito podem apresentar risco “AA”, não resultando em fluxo imediato de despesa com PECLD.

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF
05/11 a 09/11/2018

Profissional 4.0: perspectivas para formação e atuação dos profissionais de contabilidade e finanças na Economia 4.0.

Nota-se que em situações específicas e pontuais, as variações da PECLD aparentam estar fortemente relacionadas as reduções do lucro líquido. Tal fato, ocorre principalmente em bancos com um volume de carteira de crédito menos expressivo, os quais estão mais vulneráveis a sofrer prejuízos no momento de inadimplência de uma operação de crédito. O atraso de um empréstimo com valor mais significativo irá agravar o risco da operação, resultando em um fluxo de despesa com PECLD, que pode até mesmo ser superior aos lucros obtidos, conseqüentemente acarretando prejuízos para a IF.

Por fim, é notável a relevância da análise da PECLD como um indicador da qualidade da carteira de crédito de IF. Podendo ser objeto de um amplo campo de estudo, e que atualmente carece de análises mais profundas e sólidas. Como sugestão de continuidade deste trabalho sugere-se algumas linhas de pesquisa que seriam capazes de fortalecer o arcabouço teórico e a mensuração do impacto da PECLD nas IFs: Estudar as principais IFs do mundo e verificar se a relação entre a variação da PECLD com a variação dos fatores macroeconômicos de cada País; verificar se empresas que entram em recuperação judicial no Brasil afetam de forma significativa a PECLD.

REFERÊNCIAS

ARONOVICH, Selmo. Uma nota sobre os efeitos da inflação e do nível de atividade sobre o spread bancário. **Revista Brasileira de Economia**, v. 48, n. 1, p. 125-140, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/600/7948>. Acesso em: 21 abr. 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>. Acesso em 23 abr. 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Circular n. 1273, de 29 de Dezembro de 1987. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/1987/pdf/circ_1273_vl_o.pdf. Acesso em 01 jun 2017.

BEUREN, Ilse Maria (Coord.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3 ed. 2006. 5 reimpressão 2010. São Paulo: Atlas, 2010.

BM&FBOVESPA. Empresas Listadas. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em 03 ago 2017

BM&FBOVESPA. Segmentos de Listagem. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/.

BRASIL, Lei n.4.595 de 1964.

BRASIL. Lei n.6.404.1976.

BRITO, Giovani Antonio Silva; ASSAF NETO, Alexandre; CORRAR, Luiz João. Sistema de classificação de risco de crédito: uma aplicação a companhias abertas no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças, Usp**, São Paulo, v. 20, n. 51, p.28-43, dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34299/37031>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução 774, de 16 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_774.pdf. Acesso em: 23 jun 2017.

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF
05/11 a 09/11/2018

Profissional 4.0: perspectivas para formação e atuação dos profissionais de contabilidade e finanças na Economia 4.0.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Resolução 2.682, de 21 de Dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Banco Central do Brasil**, Brasília, 21 dez. 1999.

DA SILVA, Anderson José. **Análise do risco de crédito das principais instituições financeiras que atuam no Brasil em relação a fatores econômicos do país**. Dissertação Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais, PUC, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19752/2/Anderson%20Jos%c3%a9%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 19 jul 2017.

DE NEZ, Evandro et al. Utilização da PDD para Gerenciamento de Resultados em Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 11, n. 2, p. 63-81, 2017.

FERNANDES, D.T.M. *et al.* **Os impactos da Resolução 2.682 e dos Programas de Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional no Nível de Provisão da Carteira de Crédito do Setor Bancário**. Revista Contabilidade e Finanças, USP, v.19, n.47, Maio/Agosto. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n47a05.pdf>>. Acesso em 22 jul 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GOULART, André Moura Cintra. **Evidenciação Contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. 2003. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Controladoria e Contabilidade, USP, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-08122003-122400/en.php>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica**-5. Amgh Editora, 2011.

GUJARATI, Damodar. **Econometria Básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 812 p. Tradução da 4ª Edição.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010. 794p.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; KELLY, Vera Lúcia de Aguiar. Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 82-96, 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 5. ed. Sao Paulo, SP: Atlas, 2010. 312p.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 269 p.

MARTINS, José Geraldo et al. **Análise econômico-financeira de instituições financeiras: um estudo comparativo aplicado aos bancos comerciais e múltiplos do Sistema Financeiro Nacional**. 2007. Disponível em: < <https://tede.pucsp.br/handle/handle/1660>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MOREIRA, Claudio Filgueiras Pacheco. **Manual de Contabilidade Bancária**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006. 412 p.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa de bancos e demais instituições financeiras – principais alterações introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional e o efeito nas demonstrações contábeis**. UFRGS, Porto Alegre, 2001. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/necon/pclld.pdf>>. Acesso em 21 abr. 2017.

NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade de Instituições Financeiras. 3 ed. 2 reimpressão. São Paulo, Atlas, 2006.

NUNES, Paulo Vitor Moreira. **Impairment e PCLD de ativos financeiros - o impacto institucional do IFRS**. 2016. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) -

VIII SIMPÓSIO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE DOURADOS - SICONF
05/11 a 09/11/2018

Profissional 4.0: perspectivas para formação e atuação dos profissionais de contabilidade e finanças na Economia 4.0.

Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Contábeis e Atuariais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 23 jul 2017.

SILVA, Jessica Marques de Brito. **Impactos dos modelos de perda esperada e de perda incorrida nas carteiras de crédito dos bancos brasileiros**. 2013. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, UNB, Brasília, 2016.

SILVEIRA, Grace Mello. **Crítérios de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa para Instituições Financeiras**. 2010. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Ufrgs, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27220>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. Atlas, 2005.